

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

| | | |
|--|-------------------|------------------------------------|
| ID da proposta | Processo | Atividade / Procedimento |
| PR/2025/27574 | 35860/2025 | Proposta à Câmara Municipal |
| Unidade Administrativa | | |
| DOM - UAC [ENTRADAS] | | |
| Propósito | | |
| Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal | | |
| Órgão/Cargo que resolve | | |
| Câmara Municipal de Braga | | |

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM - “PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”

Preço base Global (9 lotes): €2 477 257,45 (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e imposto sobre o valor acrescentado cinco cêntimos), (Sem IVA).

Empreitada: Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima

Preço Base: €84.353,17 (oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três euros e dezassete cêntimos).

2.º RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS - Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima

ASSUNTO: Aprovação da adjudicação da empreitada e aprovação da minuta do contrato.

Proposta: Submete-se para aprovação, a adjudicação da empreitada, correspondente ao **Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima**, ao concorrente em **Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.**, pelo valor de **€78.745.02 (setenta e oito mil, setecentos e**



quarenta e cinco euros e dois cêntimos), a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 65 dias, de acordo com a informação que consta no 2.º Relatório Final em anexo.

Simultaneamente, submete-se para aprovação a minuta do contrato, que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga.

Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM

Contratação: empreitada de “PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”.

Preço base Global (9 lotes): €2 477 257,45 (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e imposto sobre o valor acrescentado cinco cêntimos), (Sem IVA);

2.º Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas

Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima

Preço Base: €84.353,17 (oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três euros e dezassete cêntimos).



Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 01/09/2025, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do 2.º Relatório Final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **3530/2025**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 30, de 12 de fevereiro de 2025, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de 2.ª audiência prévia, e confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do 1.º Relatório Final e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

I – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

No âmbito da empreitada supramencionada e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 148.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes que apresentaram proposta para o **Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima**, o 1.º Relatório Final, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de 2.ª audiência prévia.

Durante o prazo acima referido, não foram rececionadas quaisquer reclamações.

Face ao supramencionado, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

II – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Face ao exposto, o júri deliberou, por unanimidade, propor a ordenação das propostas, nos termos seguintes:

| Posição | Identificação do concorrente | Preço | Prazo de execução |
|----------------|--|-------------------|--------------------------|
| 1.ª | Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda. | €78.745.02 | 65 dias |
| 2.º | Cunha Bastos, Lda. | €83.800,00 | 65 dias |



IV –ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **Agrupamento: I- SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.** ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€78.745.02 (setenta e oito mil, setecentos e quarenta e cinco euros e dois cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 65 dias**.

I.I – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 128376 e 128377, ambos de de 01/09/2025.

I.II – Caução

Não é exigida a prestação da caução.

Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, serão retidos 10% dos pagamentos a efetuar.

I.III – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

I.IV – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

II – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “2.º Relatório Final”.



Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

1 de setembro de 2025

O Júri do Procedimento,

Em anexo:

- Minuta do Contrato;
- Compromisso;
- 1.º Relatório Final;
- Relatório Preliminar.



MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.02.25.DMOSM**“PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO
CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)” –
LOTE 7 – LUMINÁRIAS – LANTERNA HISTÓRICA TIPO LÁGRIMA**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: Sociedades em **agrupamento: I-SETE - INOVAÇÃO SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIA ECOLÓGICA LDA**, pessoa coletiva n.º 507513908, com sede na Rua das Novas Empresas, n.º 237, 4785 - 640 Trofa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € (.....euros, aqui representada por....., na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o Código de acesso:.....e **LINHAS PRATEADAS, LDA, pessoa coletiva 508253543**, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 105, 4560-841 Urrô – Penafiel, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de €..... (..... euros), aqui representada por....., na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o Código de acesso:....., Sociedades estas que se apresentaram ao concurso organizadas como agrupamento de empresas, nos termos do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2018 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes, e que após adjudicação da presente empreitada, se associaram em consórcio externo de responsabilidade solidária, com a denominação “.....”, com sede em tendo como chefe do consórcio.....



....., conforme contrato de consórcio que celebraram entre si, em....., sendo arquivado um exemplar. Sendo as referidas sociedades associadas em consórcio, doravante identificadas por «Empreiteiro».....

Considerando que:.....

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 10 de fevereiro de 2025, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;.....
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 93384, de 03/02/2025, retificado em 20/02/2025 e a informação de compromissos n.º, de, e n.ºde.....
- c) No seguimento do Relatório Final de Análise e avaliação das propostas, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, correspondente ao **Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima**, tendo na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;.....
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;.....
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;.....

____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes ao **Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima**, da empreitada **“PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas



constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. _____

Artigo 2.º**(Local da obra)**

_____ Os trabalhos de empreitada serão executados em várias ruas do concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). _____

Artigo 3.º**(Preço contratual)**

_____ O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€78.745,02 (setenta e oito mil, setecentos e quarenta e cinco euros e dois cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____

Artigo 4.º**(Condições de pagamento)**

_____ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

_____ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. _____

Artigo 5.º**(Revisão de preços)**

_____ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. _____

_____ 2. A revisão de preços obedece à fórmula descrita na cláusula 36.º n.º 2 do Caderno de Encargos. _____

_____ 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. _____



____ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais._____

Artigo 6.º**(Prazos de execução da empreitada)**

____ O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **65 (sessenta e cinco) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 7.º**(Cessão da posição contratual)**

____ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código._____

____ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____ 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

____ 4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____

____ 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 8.º**(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

____ 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____



____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º
(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 10.º
(Caução)

____Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o dono da obra procederá à retenção de **10%** do valor de todos os pagamentos a efetuar, a título de caução, nos termos do disposto no n.º 3 ao artigo 88.º do *Código dos Contratos Públicos*, conforme previsto no caderno de encargos. _____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa o **Eng. Rúben Alves**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. _____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. _____

Artigo 13.º



(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. _____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as seguintes informações de contacto: _____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **ruben.alves@cm-braga.pt** _____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@i-sete.pt** _____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. _____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. _____

____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele. ____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra. _____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra. _____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas. _____



____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus



colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato. _____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador. _____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra. _____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor. _____

Artigo 16.º
(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência dos tribunais ou juízos especializados em razão da matéria que se encontrem na jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º
(Vigência)





SOA A FUTURO.

MUNICÍPIO DE BRAGA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

_____O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura._____

_____Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(.....)



ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga.

DESPACHO do Presidente da Câmara Municipal: Aprovo sob ratificação do Executivo Municipal.

Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM

Contratação: empreitada de “**PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)**”.

Preço base Global (9 lotes): €2 477 257,45 (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e imposto sobre o valor acrescentado cinco cêntimos), (Sem IVA);

Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas

Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo

Lágrima

Preço Base: €84.353,17 (oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três euros e dezassete cêntimos).

Júri do procedimento:

Membros efetivos:

Mónica Leite (Presidente do júri)

Carlos Gomes

André Ruão

Membros suplentes:

Valéria Borges

Carlos Rodrigues



Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 24/07/2025, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **3530/2025**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 30, de 12 de fevereiro de 2025, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

I – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

No âmbito da empreitada supramencionada e em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes que apresentaram proposta para o **Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima**, o respetivo relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido, foi rececionada a reclamação, que se anexa, apresentada pelo seguinte concorrente:

- Agrupamento: **I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda**, que basicamente se traduz no seguinte:

a) O concorrente solicita a reordenação das propostas em conformidade com o valor da proposta, por existir manifesto erro na ordenação das propostas que consta no respetivo Relatório Preliminar.

b) Decisão do júri:

O júri ponderou as observações deste concorrente e deliberou acolher os argumentos apresentados, pelo seguinte motivo:

Verifica-se de facto a existência de erro na ordenação das propostas que consta no respetivo Relatório Preliminar, pelo que se procedeu à reordenação das propostas em conformidade com o valor da proposta, conforme tabela infra.



II – REORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Assim face ao supramencionado, o Júri deliberou, por unanimidade, alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e proceder à reordenação das propostas, nos seguintes termos:

| Posição | Identificação do concorrente | Preço | Prazo de execução |
|-----------------|---|------------|-------------------|
| 1. ^a | Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda. | €78.745.02 | 65 dias |
| 2. ^a | Cunha Bastos, Lda. | €83.800,00 | 65 dias |

III – NOVA AUDIÊNCIA PRÉVIA:

Tendo-se procedido à reordenação das propostas dos concorrentes e se o novo ordenamento das propostas aqui formulado merecer a aprovação superior, o júri, em conformidade com o disposto no artigo 148.º, n.º 2, do CCP procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes, para que se pronunciem por escrito sobre o presente relatório, no prazo de cinco dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

30 de julho de 2025

O Júri do Procedimento,

Carlos Gomes

Valéria Borges

Carlos Rodrigues

Em anexo:

- Pronúncias apresentadas;
- Relatório Preliminar.



AO MUNICÍPIO DE BRAGA

Trofa, 09 de julho de 2025

Assunto: Procedimento de Concurso Público, sob a referência n.º CPE.02.25.DMOSM, para a celebração de um Contrato de Empreitada de *"Promoção da Eficiência Energética na Iluminação Pública no Concelho de Braga, LED – 2024 (9 lotes)"* | Audiência Prévia

EXMA. SENHORA

PRESIDENTE DO JÚRI DO PROCEDIMENTO

O agrupamento **"I-SETE - Inovação, Soluções Económicas e Tecnologias Ecológicas, Lda."** e **"Linhas Prateadas, Lda."**, ora Concorrente no procedimento à margem identificado, tendo sido notificado, a **02.07.2025**, do conteúdo do projeto de decisão relativamente ao Relatório Preliminar de análise das propostas (doravante "Relatório Preliminar"), vem, nos termos do disposto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos (doravante "CCP"), apresentar a sua:

PRONÚNCIA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA

O que faz nos seguintes termos:

1. Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, foi lançado o procedimento de Concurso Público, sob a referência n.º CPE.02.25.DMOSM, para a celebração de um Contrato de Empreitada de *"Promoção da Eficiência Energética na Iluminação Pública no Concelho de Braga, LED – 2024 (9 lotes)"*.
2. Nessa sequência, foram disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos.
3. O referido procedimento pré-contratual foi configurado em regime de lotes, de acordo com os seguintes:
 - a) Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais;
 - b) Lote 2 – Luminárias Viárias Circulares;
 - c) Lote 3 – Luminárias Viárias Quadradas;



- d) Lote 4 – Luminárias de Jardim I;
- e) Lote 5 – Luminárias de Jardim II;
- f) Lote 6 – Luminárias – Lanterna Histórica;
- g) Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima;
- h) Lote 8 – Luminárias – Projetor I;
- i) Lote 9 – Luminárias – Projetor II.

4. Ao abrigo do disposto no artigo 20.º do Programa de Concurso, o critério de adjudicação definido pela Entidade Adjudicante foi o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, concretamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
5. Findo o prazo para a apresentação de propostas, em 15.04.2025, o Júri do procedimento procedeu à abertura das propostas, tendo-se verificado, para o que ora releva, a apresentação das seguintes propostas ao Lote 7 do presente procedimento pré-contratual:
- a) CUNHA BASTOS, LDA.;
 - b) Agrupamento constituído pela I-SETE – INOVAÇÃO, SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIAS ECOLÓGICAS, LDA. e pela LINHAS PRATEADAS, LDA. (aqui Expoente).
6. Isto posto, tendo prosseguido a tramitação do procedimento, no passado dia 02.07.2025, foi a aqui Expoente notificada do Relatório Preliminar, elaborado nos termos do artigo 146.º do CCP, e pelo qual o Júri do Procedimento propôs a admissão e respetiva classificação e ordenação das propostas nos seguintes termos:

| Posição | Identificação do concorrente | Preço | Prazo de execução |
|---------|--|------------|-------------------|
| 1.ª | Cunha Bastos, Lda. | €23.700,00 | 65 dias |
| 2.º | Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda. | €24.317,49 | 65 dias |

7. Contudo, o projeto de decisão ínsito no Relatório Preliminar apresenta um teor manifestamente antijurídico uma vez que o mesmo propõe erroneamente a adjudicação do contrato a celebrar no âmbito do Lote 7 presente procedimento pré-contratual ao Concorrente CUNHA BASTOS, LDA.



8. Ora, contrariamente ao surgido pelo Júri do procedimento na tabela acima reproduzida, os preços apresentados pela CUNHA BASTOS, LDA. e pelo Agrupamento constituído pela I-SETE – INOVAÇÃO, SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIAS ECOLÓGICAS, LDA. e pela LINHAS PRATEADAS, LDA. não foram de € 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos euros) e de € 24.317,49 (vinte e quatro mil, trezentos e dezassete euros e quarenta e nove cêntimos), respetivamente.
9. Patenteado o teor da proposta apresentada pelo Concorrente CUNHA BASTOS, LDA., assoma à evidência que o mesmo se propôs executar as prestações objeto do contrato a celebrar na sequência do Lote 7 do presente procedimento pelo preço global de **€ 83.800,00 (oitenta e três mil e oitocentos euros)**, conforme se poderá aferir pelo *print screen* que ora se reproduz:

PROPOSTA

CUNHA BASTOS, Lda., com o número de identificação fiscal 501497889, com sede na Estrada do Reboledo, n.º 354, 4905-238 Carvoeiro, Viana do Castelo, titular do Alvará de Construção com o n.º 2890-PUB, contendo as autorizações da 1ª Subcategoria da 4ª Categoria Classe 6, entre outras, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso para **“Promoção da Eficiência Energética na Iluminação Pública no Concelho de Braga, Led – 2024 (9 Lotes) - Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima”**, a que se refere o anúncio datado de 12 de fevereiro de 2025, bem como de todas as condições estabelecidas no respetivo Processo de Concurso, obriga-se a executar a referida empreitada, de harmonia com o Caderno de Encargos, pela quantia total de **83.800,00 € (oitenta e três mil e oitocentos euros)**, que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

10. Por sua vez, e como resulta claro do documento intitulado de “*Declaração_L7_ass*” apresentado dentro do prazo para a apresentação de propostas, a aqui Expoente propôs-se executar as prestações do contrato a celebrar peço preço global de **€ 78.745,02 (setenta e oito mil e setecentos e quarenta e cinco euros e dois cêntimos)**, conforme se poderá aferir pelo *print screen* que ora se reproduz:

ATRIBUTOS DA PROPOSTA

O agrupamento entre as empresas **I-SETE – Inovação, Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda**, pessoa coletiva n.º 507513908, matriculada na Conservatória de Registo Comercial da Trofa com n.º 507513908, com sede em Rua das Novas Empresas, 237 – 4785-640 Trofa e **LINHAS PRATEADAS, LDA**, com o n.º de pessoa coletiva 508253543, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 105, 4560-841 Urrô - Penafiel, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a empreitada de “**PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes) – LOTE 7**” no prazo de execução de **65 (sessenta e cinco) dias**, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de **78 745,02 € (setenta e oito mil e setecentos e quarenta e cinco euros e dois cêntimos)**, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.



11. Como se pode facilmente constatar, os Concorrentes não apresentaram os preços considerados pelo Júri do procedimento na avaliação realizada para efeitos de aplicação do critério de adjudicação e ordenação das propostas.
12. Trata-se, com toda a probabilidade, de um lapso incorrido pelo Júri do procedimento, uma vez que, aquando da enunciação dos Concorrentes que apresentaram proposta, este considerou, de forma adequada, os preços efetivamente apresentados, conforme se poderá aferir pelo *print screen* que ora se reproduz:

I – LISTA DOS CONCORRENTES (que apresentaram proposta para o Lote 7):

Apresentou proposta o seguinte concorrente:

| Identificação do concorrente: | Preço da proposta |
|--|-------------------|
| Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda. | €78.745.02 |
| Cunha Bastos, Lda. | €83.800,00 |

16. Assim sendo, requer-se que o digníssimo Júri do Procedimento proponha, em sede de Relatório Final a elaborar, proceda à ordenação da proposta apresentada pela Expoente em 1.º lugar e, consequentemente, a adjudicação do contrato a celebrar no âmbito do Lote 7 do presente procedimento pré-contratual a seu favor.

**POR TUDO QUANTO SE EXPÔS, DEVERÁ O JÚRI DO
PROCEDIMENTO:**

- Reverter, em sede de Relatório Final, o projeto de decisão de adjudicação do contrato a celebrar na sequência do Lote 7 do presente procedimento ao Concorrente CUNHA BASTOS, LDA.
- Ordenar, em sede de Relatório Final, a proposta apresentada pelo Agrupamento constituído pela I-SETE – INOVAÇÃO, SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIAS ECOLÓGICAS, LDA. e pela LINHAS PRATEADAS, LDA. em primeiro lugar e, consequentemente, propor a decisão de adjudicação do contrato a celebrar na sequência do Lote 7 do presente procedimento a seu favor.

TIAGO MANUEL
SAMPAIO DE FREITAS
VASCONCELOS

Assinado de forma digital por
TIAGO MANUEL SAMPAIO DE
FREITAS VASCONCELOS
Dados: 2025.07.09 15:24:35
+01'00'

I-SETE - Inovação, Soluções Económicas e Tecnologias Ecológicas, Lda. e Linhas Prateadas, Lda.



Carlos Alberto Mandim Gomes (1 / 3)
Técnico Superior
Data Assinatura: 30/06/2025
HASH: 2a9e8340db7a053316c1fe00ecd29c02

BRΔGA

André Ruão Clemente (2 / 3)
Director de Departamento de Apoio aos Serviços Municipais
Data Assinatura: 30/06/2025
HASH: a3604adb011005d6c028ff46f8f77e30

BRΔGA

Valeria de Araújo Borges (3 / 3)
 Chefe da Unidade de Apoio à Contratação
 Data Assinatura: 27/06/2025
 HASH: 2df39f4b68c6bb27d682b8fa4a87add2

BRΔGA

Relatório Preliminar de Análise e Ordenação das Propostas

Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima

Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM

Contratação: “PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”.

| | | |
|--|--------------------|---|
| Identificação do LOTE | preço base: | Prazo máximo de execução por lote: |
| Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima | €84.353,14 | 65 dias |

Abertura das propostas: 15/04/2025

Júri do procedimento:

Membros efetivos:

Mónica Leite (Presidente do júri)

Carlos Gomes

André Ruão

Membros suplentes:

Valéria Borges

Carlos Rodrigues



Municipal de Braga.

janeiro, com as respectivas alterações e retificações em vigor.

Histórica tipo Lágrima, do procedimento supramencionado.

I – LISTA DOS CONCORRENTES (que apresentaram proposta para o Lote 7):

Apresentou proposta o seguinte concorrente:

| Identificação do concorrente: | Preço da proposta |
|--|-------------------|
| Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda. | €78.745.02 |
| Cunha Bastos, Lda. | €83.800,00 |

II – ANÁLISE DAS PROPOSTAS (pedido de esclarecimentos sobre as propostas):

Lote 7 – Luminárias – Lanterna Histórica tipo Lágrima

II.1. O júri do procedimento procedeu à análise das propostas apresentadas, nos termos determinados pelo Programa de Concurso, tendo o júri identificado a necessidade de solicitar esclarecimentos sobre as propostas, nos termos previstos no artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, aos seguintes concorrentes:

- a) - Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda;



III - ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS

Na sequência do supramencionado, o júri considerou que as propostas a seguir elencadas, reúnem as condições exigidas, sendo as mesmas admitidas.

A classificação e ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério do preço mais baixo do valor global da proposta apresentada, é a seguinte:

| Posição | Identificação do concorrente | Preço | Prazo de execução |
|-----------------|--|------------|-------------------|
| 1. ^a | Cunha Bastos, Lda. | €23.700,00 | 65 dias |
| 2. ^o | Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda. | €24.317,49 | 65 dias |

IV – AUDIÊNCIA PRÉVIA

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de **cinco** dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Propostas apresentadas.

27 de junho de 2025

O Júri do Procedimento,

Carlos Gomes

André Ruão

Valéria Borges

Em anexo no respetivo processo: Respostas aos pedidos de esclarecimentos.

